



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**232ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem do dia 15 de abril de 2015**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**232ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

**Data:** 15 de março de 2015

1 Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima Segunda  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do  
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da  
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:  
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheira Léa Lucia Braga, MDS; Conselheira Solange  
7 Teixeira, SENARC; Conselheiro José Ferreira da Crus, MDS; Conselheiro Pedro Tomaz de Oliveira  
8 Neto, MDS; ; Conselheira Mariana Souza Silva, MS; Conselheira Maria José de Freitas, MDS;  
9 Conselheiro Fábio Moassab Bruni, MDS; Conselheira Margareth Dallaruvera, FENAS; Conselheira  
10 Célia Maria de Souza Melo, FONSEAS; Conselheira Zilene Santana Silva Rabelo; Conselheira Maria  
11 Lúcia Linhares Marquim, CONGEMAS; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill  
12 para Cegos; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao  
13 Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização  
14 Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida; Conselheira  
15 Eufrásia Agizzio; Conselheira Jucileide do Nascimento, Conselho Federal de Serviço Social;  
16 Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos Empregados em Instituições  
17 Benéficas Religiosas e Filantrópicas; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de  
18 Psicologia; Secretária-Executiva Substituta, Sra. Dorinha. **CONVIDADOS:** Aida Albino, SMDS/CNAS,  
19 Rio de Janeiro; Maria da Conceição Ferreira, Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro;  
20 Aquiles Miranda Dias, CRP, Rio de Janeiro; Elaine da Silva, SEMASDH, Rio de Janeiro, Belford Roxo;  
21 Sheila Boechat, SEMASDH, Rio de Janeiro, Belford Roxo; Cristina Souza, Secretária de Assistente  
22 Social de Belford Roxo/RJ; Sr. Allan Carvalho, FAS/SP; Carlos Nambu, COMAS/São Paulo; Denise  
23 Borges de Azevedo, Conselho Estadual de Goiás; Iara Ferreira, Conselho Estadual de Goiás;  
24 Heloísa, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Goiás; Cássia da Silva, COMAS/São Paulo;  
25 Luciana Maranhão, COFFITO, e, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS; Alexandre Leite,  
26 ABF/São Paulo; Francis Lisboa, ABF e Fórum de Assistência Social de São Paulo; Marlene Merisse,  
27 CFESS; e Vanessa Ramos Batista, ALFENAS/Distrito Federal; Hugo Nunes, MDS. **ABERTURA.** O  
28 Presidente iniciou a reunião, cumprimentando os presentes e solicitando à Secretária-Executiva a  
29 conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Telma Maranhão Gomes; Maria José de Freitas;  
30 Solange Teixeira; Léa Lúcia Cecílio Braga; José Ferreira da Crus; Célia Maria de Souza Melo Lima;  
31 Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Cláudia Laureth Faquinote; Márcia de Carvalho Rocha;  
32 Alceu Kuhn; Clátia Regina Vieira; Edivaldo da Silva Ramos; Thiago Barbosa Cabral; Eufrásia Agizzio;  
33 Leovane Gregório. Conselheiros Suplentes: Zilene Rabelo; Naelson Ferreira; Margareth

34 Dallaruvera. O Presidente passou para o **Item Aprovação da Ata da 231ª Reunião Ordinária do**  
35 **CNAS.** Indagou à Plenária se havia algum questionamento, Em não havendo considerou aprovada  
36 a Ata da 231 RO do CNAS. A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à leitura da pauta: “**Pauta –**  
37 **dia 15/04/2015 – Manhã 09h às 10h:** Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos  
38 de Assistência Social: Apresentação pela SAGI/MDS do CapacitaSuas - Módulo Conselhos. **10h às**  
39 **12h:** Reunião da Comissão de Normas de Assistência Social: Apresentação pela SNAS/MDS da  
40 minuta de alteração do Decreto nº 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos  
41 representantes da sociedade civil no CNAS. **10h às 13h:** Reunião da Comissão de Monitoramento  
42 das Deliberações da IX Conferência Nacional de Assistência Social. **12h às 14h:** Reunião da  
43 Presidência Ampliada. Tarde - **14h às 19h:** Reunião Ordinária do CNAS: Aprovação da Ata da 231ª  
44 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 232ª Reunião Ordinária. Informes da  
45 Presidência/Secretaria Executiva/CNAS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Relato da  
46 Presidência Ampliada. Relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência  
47 Social. Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações da IX Conferência Nacional de  
48 Assistência Social. Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Relato da Comissão de  
49 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social Ranieri Braga - Pauta – Assessoria de  
50 Publicação - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. **Dia 16/04/2015 - REUNIÃO**  
51 **DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS - 09h às 18h:** Local: Auditório JK da Procuradoria Geral  
52 da União – PGR (Setor de Administração Federal Sul - SAF Sul - Quadra 4, Lote 3) Tema: Construção  
53 do processo de conferências de Assistência Social – 2015”. O Presidente informou que os Relatos  
54 da Comissão de Norma, de Conselhos e de Monitoramento não seriam apresentados. Submeteu a  
55 pauta, com essas supressões, ao Pleno, para apreciação, que considerou aprovado esse  
56 documento. **Item Informes da Presidência/Secretaria Executiva/CNAS, CIT, FONSEAS,**  
57 **CONGEMAS e Conselheiros.** O Presidente esclareceu que os Informes da Presidência e Secretaria  
58 Executiva seriam distribuídos aos presentes, não sendo feito a leitura de forma excepcional.  
59 **Informes da CIT,** pelo Conselheiro Naelson: “*Eu estive representando o CNAS ontem na CIT, e*  
60 *considerando o pouco tempo que temos, nós tivemos na pauta, como apresentação dos resultados*  
61 *do Censo SUAS, algo que nos chamou muito a atenção, foi o reconhecimento da CIT sobre a*  
62 *importância dos trabalhos realizados pelas entidades de Assistência Social, principalmente, em alta*  
63 *complexidade, foi apresentada a avaliação do Plano Decenal, prazos para o preenchimento para o*  
64 *Plano de Ação 2015, calendário de reuniões da CIT, serviços de acolhimento, informes do CNAS,*  
65 *CONGEMAS, FONSEAS e MDS. Foi discutido também a necessidade de repactuação de alguns*  
66 *assuntos e propostas, como, por exemplo, questões de prazos que devem ser reavaliados; algo que*  
67 *chamou a atenção também, é que 79,5% dos municípios não possuem Lei Municipal de*  
68 *Regulamentação do SUAS; preocupação da CIT com os recursos, tanto dos municípios que têm*  
69 *recursos parados, quanto aqueles que estão sem recursos. A questão da judicialização, também*  
70 *uma preocupação da CIT, preocupação com o Marco Regulatório. Ficou claro que diante ao*  
71 *momento político e financeiro, é importante a união de todos, o diálogo, a união, a troca de*  
72 *experiências; e alguns Estados apresentaram preocupação para a realização da Conferência*  
73 *Estadual, por falta de recursos”* **Informes do .CONGEMAS,** pela Conselheira Maria Lúcia, que  
74 convidou a todos para participar do Encontro Nacional de Gestores de Assistência Social, de 28 a  
75 30 de abril, em Fortaleza, contando com a presença de todos para participar de movimentações e  
76 atos pelo avanço e consolidação do SUAS. **Informes do FONSEAS,** pela Conselheira Célia, que

77 confirmou o 2º Encontro Nacional do FONSEAS, em Fortaleza, dia 28, durante o dia, com a  
78 abertura do Encontro Nacional do CONGEMAS à noite. **Informes do MDS**, pelo Conselheiro José  
79 Crus: *“Boa tarde Presidente. Conselheiros, Conselheiras. Eu me comprometo, o informe é grande,  
80 mas eu comprometo a disponibilizá-lo por e-mail. Então, vou apenas dar três informes, que eu  
81 acho que é importante para este Conselho, e também, a minha colega Solange da SENARC, se  
82 quiser complementar com algum informe da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, por favor,  
83 fique à vontade. Bom, dizer que nós estamos com o Plano de Ação de 2015 disponibilizado para os  
84 Gestores Municipais preencherem o seu Plano de Ação, ele foi disponibilizado no dia 9 de março, e  
85 tem o prazo final para sua conclusão dia 30 de junho de 2015, o Conselheiro Naelson já disse, isso  
86 foi fruto de pactuação ontem, na Comissão Intergestoras Tripartite. Então, o Plano de Ação ele já  
87 está aberto, nós já temos, ele foi disponibilizado no dia 9, mas nós já temos hoje 407 Planos de  
88 Ação aprovados, preenchidos e aprovados pelos respectivos Conselhos; nós estamos com 688  
89 preenchidos pelo órgão gestor e em processo de aprovação no Conselho Municipal de Assistência  
90 Social; e 4.500 em processo de preenchimento pelo gestor da Assistência Social. Então essa é uma  
91 informação importante. Nós vamos pedir apoio ao Conselho Nacional, para que o CNAS Informe,  
92 possa estar pautando este tema. Também dizer que o demonstrativo... Ah, dizer que Plano de Ação  
93 nesses 10 anos de implantação do SUAS no Brasil, é a primeira vez que a gente coloca o Plano de  
94 Ação em tempo hábil, a gente consegue, então, cumprir aí, o prazo de disponibilizar esse  
95 instrumento no tempo, no período, então ele foi disponibilizado em março. Então essa é uma  
96 questão que vale a pena esse registro neste Conselho. Dizer que também, nós concluímos... Ah,  
97 antes de falar do Censo, o demonstrativo sintético, físico, financeiro, que é o instrumento de  
98 prestação de contas também, está disponível para os gestores fazerem a sua prestação de contas;  
99 o prazo para o gestor fazer a sua prestação de contas é 30 de abril, então já está próximo, então  
100 chama a atenção para esta data, e os Conselhos de Assistência Social têm até o dia 30 de maio  
101 para aprovar ou não a prestação de contas dos órgãos gestores da Assistência Social. Nós também  
102 estamos disponibilizado no link, na página da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, o  
103 link do RI, que é o Relatório de Informações Sociais, onde nós temos metas por metas e o  
104 cumprimento ou não delas, das metas que foram estabelecidas nos pactos de aprimoramento da  
105 Gestão dos Municípios e dos Estados. Então uma ferramenta importante para os Conselhos de  
106 Assistência Social, para que os Conselhos possam acompanhar, então, a implementação das metas  
107 dos pactos que foram construídos na esfera pública, pactuado na CIT, e aprovado por esta Casa,  
108 por este Conselho. Então um instrumento importante, ele foi apresentado pelo Ministério na  
109 Comissão de Política do mês passado, então esse documento já está disponível, hoje, para toda a  
110 sociedade, o link eu vou disponibilizar no e-mail de todos, nesse informe mais completo, uma  
111 ferramenta muito importante para os Conselhos de Assistência Social. Dizer que também, nós  
112 concluímos toda a análise e limpeza da base de dados do Censo de 2014, também as informações  
113 já estão disponíveis na nossa página, então todos podem ter acesso, ontem apresentamos pela  
114 primeira vez os dados na Comissão Intergestoras Tripartite, dados importantes para o controle  
115 social, para os Conselhos de Assistência Social; importante que entrem, que acompanhem, o Hugo  
116 está aqui, integra a nossa equipe, lá da Vigilância, equipe que tem criado um know how, uma  
117 expertise aí, com essa ferramenta importante, que é o Censo com a análise dos dados, então nós já  
118 estamos com todas as informações disponibilizadas. E queremos depois, pautar para apresentar a  
119 esta Casa, a este Conselho os dados, dados extremamente relevantes, importantes que apontam*

120 *aí, o avanço na estruturação e na consolidação do Sistema Único da Assistência Social. Tem várias*  
121 *coisas outras, Presidente, mas eu acho que essas são as questões mais importantes, pelo nosso*  
122 *horário, e eu, me comprometo de passar então ao e-mail do Conselho Nacional, para que todos os*  
123 *Conselheiros tenham essas informações completas, tenham os links disponíveis, para que possam*  
124 *então acessar todas essas informações com mais detalhes. Obrigado Presidente. A Conselheira*  
125 *Solange me complementa, por favor, da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.” O Presidente*  
126 *reiterou o registro do Conselheiro José Crus, em relação a RI, e solicitou aos Conselheiros que*  
127 *acessem esse link, com a conselheira Solange procedendo um informe sobre o mesmo:*  
128 *“Senhor Presidente, senhores Conselheiros, senhoras Conselheira, participantes e convidados, o*  
129 *meu, boa tarde. Brevemente eu só queria fazer uma... Passar uma informação, a SENARC realizou*  
130 *na última semana, o Encontro dos Coordenadores Estaduais do Bolsa Família e Cadastro Único,*  
131 *onde foi um momento de reflexão, sobre a Política de Transferência de Renda e de compromisso*  
132 *com agenda do PBF e Cadastro Único. Eu estou muito confortável de comunicar também, que*  
133 *todas as 26 Unidades da Federação, dos Estados, tirando o Distrito Federal, porque tem um*  
134 *tratamento especial. Os Conselhos Estaduais de Assistência Social das 26 Unidades são as*  
135 *instâncias, hoje, de controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. E para também*  
136 *trazer assim, eu fiz uma apresentação naquela ocasião sobre a Resolução número 15, falei do*  
137 *compromisso dos Gestores, dos Coordenadores, juntamente com articulação com os Conselhos, e*  
138 *uma prova viva disso, eu trago aqui a Coordenadora do PBF que está nos visitando hoje, do Estado*  
139 *de Goiás, que também é Conselheira do Conselho, Denise, levante aí, por favor. Viu, você é um*  
140 *exemplo para nós, para ver como é que as políticas estão todas entrelaçadas e caminham juntas. E*  
141 *também gostaria Senhor Presidente, de trazer uma informação importante para esse Conselho,*  
142 *que está sendo elaborado no âmbito da Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania, o novo*  
143 *termo de adesão aos municípios, dos municípios ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único.*  
144 *Único termo celebrado ele data de 2006, de lá para cá, muita coisa mudou, muita coisa evoluiu.*  
145 *Então nós estamos elaborando o novo termo de adesão e no momento oportuno ele terá, será*  
146 *trazido aqui para este Conselho, bem como as instâncias, o CONGEMAS, o FONSEAS, e nós estamos*  
147 *hoje voltados para fazer uma pactuação em vários âmbitos, inclusive, junto a esse Conselho, desse*  
148 *novo termo de adesão que será pactuado com todos os 5.570 municípios do País”.* O Presidente  
149 *sugeriu colocar no termo um texto dizendo que a gestão reconhecia o Conselho como instância de*  
150 *controle social, para poder ratificar a Resolução 15, com a Conselheira complementando que além*  
151 *dessa norma, também tratariam da Resolução 18, que determinava que até 2017, 100% dos CAS*  
152 *seriam instâncias de controle social do Bolsa Família. **Informe dos Conselheiros. Conselheira***  
153 **Margareth:** *“Boa tarde. Então, nós estamos aqui para trazer o informe bem rápido, em relação ao*  
154 *resultado do evento da judicialização que aconteceu no Rio de Janeiro. Agradecer a presença, em*  
155 *nome do CNAS, presença do Conselheiro Anderson que foi representando a Comissão de Política e*  
156 *algumas demandas que a partir da própria fala do Promotor e com umas representações que nós*  
157 *tínhamos que, vamos vim aqui para o CNAS, principalmente a necessidade de se rever o*  
158 *provimento 36. E, aí, eu me comprometo assim, de passar o relatório para todos os Conselheiros*  
159 *tomarem conhecimento, e também, o vídeo que foi filmado, e, já está a nossa disposição para que*  
160 *possam saber o que realmente foi debatido no nosso evento. Obrigada”.* **Conselheira Eufrásia:**  
161 *“Boa tarde Presidente, boa tarde a todos os Conselheiros e os presentes. Eu queria falar sobre a*  
162 *data, do dia 2 de abril, que foi o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O Brasil amanheceu*

163 na cor azul. É um movimento de várias APAE 55 afiliadas da ABRA, que fizeram caminhada,  
164 conscientização, levaram informação pedindo melhores políticas para a criança autista, para o  
165 autista. Hoje, no Brasil, nós temos 2 milhões de pessoas com autismo. As estatísticas é que, a cada  
166 88 nascido, um autista, e, o que tem hoje de atendimento, infelizmente não dá conta da demanda,  
167 principalmente para o adulto, que chega em uma idade em que, ele não tem mais para onde ir, e a  
168 família não tem onde deixá-lo. Como ela vai trabalhar? E, aí, eu gostaria que todos refletissem um  
169 pouco sobre isso, e agradecer, obrigada”. **Conselheiro Alceu:** “Boa tarde Presidente, boa tarde  
170 Conselheiros, boa tarde a nossa equipe de apoio, e os nossos visitantes. Gostaria igualmente, só  
171 para título de registro, no dia 8 de abril, comemoramos o Dia Nacional do Braille, e sem dúvida, o  
172 Braille para nós, cegos, é uma ferramenta de fundamental importância, e, eu, pessoalmente sou  
173 um eterno defensor do Sistema Braille, e no dia 8 de abril, então nós comemoramos esse Dia  
174 Nacional, e em razão de que José Álvares de Azevedo, que trouxe para o Brasil o Sistema Braille, e  
175 aí, desde então, nós comemoramos essa data, em 2010 ela foi oficializada, e, então, no Brasil a  
176 fora, ocorreram diversos eventos e homenagens e sem dúvida para nós cegos como disse, o Braille  
177 é algo indispensável. Então fica só o registro e obrigado pelo espaço”. O Presidente complementou  
178 que 2 de abril era o Dia Mundial de conscientização do autismo e dia 8, Dia Nacional do Braille,  
179 sendo um mês significativo para as pessoas com deficiência. **Conselheiro Leovane:** “Boa tarde a  
180 todos os Conselheiros, e Conselheiras, Presidente, e as pessoas que estão participando dessa  
181 reunião. Eu queria informar que, na verdade, o Conselho Federal de Psicologia, está com Comissão  
182 Nacional, lá, no encontro do CONGEMAS, e aí, a gente está colocando o nome também à  
183 disposição, para poder ajudar nas demandas deste Conselho na reunião do CONGEMAS agora no  
184 dia 28 a 30. Se precisarem da gente, a gente está à disposição”. O Presidente solicitou que o  
185 Conselheiro Leovane representasse o CNAS nessa oportunidade, com o Pleno concordando com  
186 essa indicação. O Conselheiro José Crus informou que vários Conselheiros estariam representando  
187 o seu segmento. O Presidente informando que participaria da Mesa de abertura, havia solicitado  
188 ao CONGEMAS um espaço na programação para falar sobre a Conferência. **Conselheira Mariana:**  
189 “Um breve informe. Boa tarde a todos e a todas. Só colocar, falar sobre duas ações intersetoriais  
190 do Ministério da Saúde, que são de interesse de acompanhamento desse Conselho. No dia 25 de  
191 março, foi assinada uma Portaria, duas Portarias Interministeriais, a primeira delas é a número  
192 288, ela integra ações do Programa Mulher Viver sem Violência, e foi assinada pelo Ministério da  
193 Saúde, da Justiça, e Secretaria de Política Para as Mulheres. Essa Normativa ela estabelece  
194 orientações para organização. Integração do atendimento a pessoas em situação de violência  
195 sexual, pelos profissionais de segurança pública e de saúde. Na humanização do atendimento,  
196 sobretudo, também, no registro de informações e coleta de vestígios. Então, além da mulher, uma  
197 mulher vítima de violência, no atendimento e acolhimento do sistema de saúde ela vai... Ela não  
198 precisará se dirigir ao IML, a própria colhida no sistema de saúde, já vai estar podendo reunir  
199 vestígios e provas para o processo. Além disso, foi assinado na Portaria Interministerial para o  
200 estabelecimento de um grupo de trabalho, em saúde da mulher com deficiência e mobilidade  
201 reduzida. Essa equipe será composta por representantes do Ministério da Saúde, Secretaria de  
202 Políticas Para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos da  
203 Pessoa com Deficiência, e Conselho Nacional de Saúde, e Conselho Nacional de Direitos da Mulher.  
204 Esse grupo de trabalho deve estar conduzindo políticas e ações nesse âmbito de... Em relação a  
205 saúde das mulheres com deficiência e mobilidade reduzida. Só repassar alguns informes, que são

206 *de interesse do acompanhamento do controle social, em relação aos direitos de saúde da mulher”.*  
207 A Secretária-Executiva registrou os visitantes: Aida Albino, SMDS/CNAS, Rio de Janeiro; Maria da  
208 Conceição Ferreira, Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro; Aquiles Miranda Dias, CRP,  
209 Rio de Janeiro; Elaine da Silva, SEMASDH, Rio de Janeiro, Belford Roxo; Sheila Boechat, SEMASDH,  
210 Rio de Janeiro, Belford Roxo; Cristina Souza, Secretária de Assistente Social de Belford Roxo/RJ; Sr.  
211 Allan Carvalho, FAS/SP; Carlos Nambu, COMAS/São Paulo; Denise Borges de Azevedo, Conselho  
212 Estadual de Goiás; Iara Ferreira, Conselho Estadual de Goiás; Heloísa, Secretária Executiva do  
213 Conselho Estadual de Goiás; Cássia da Silva, COMAS/São Paulo; Luciana Maranhão, COFFITO, e,  
214 Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS; Alexandre Leite, ABF/São Paulo; Francis Lisboa, ABF e  
215 Fórum de Assistência Social de São Paulo; Marlene Merisse, CFESS; e Vanessa Ramos Batista,  
216 ALFENAS/Distrito Federal. O Presidente sugeriu inversão de pauta, passando ao **Relato da**  
217 **Comissão Organizadora**, pela Conselheira Léa, considerando a presença do Sr. Hugo que  
218 participaria dessas informações: *“Memória da reunião, Comissão Organizadora da X Conferência*  
219 *Nacional de Assistência Social. Reunião Ordinária 03/2015, realizada em 13 e 14 de abril de 2015,*  
220 *no horário de 09h as 18h, na sala 108, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A.*  
221 *Integrantes da Comissão, presentes: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Alceu Kuhn,*  
222 *Aldenora Gomes Gonzáles, Célia Maria de Souza Melo Lima, Clátia Regina Vieira, Fábio Bruni, Léa*  
223 *Lúcia Cecílio Braga, Leovane Gregório, Jucileide Nascimento, Maria Lúcia Marquim, Solange*  
224 *Teixeira, Brenda Ferreira Silva. Ouvintes, Allan Carvalho, Fórum de Assistência Social de São Paulo;*  
225 *Alexandre Neide, ABF/São Paulo; Carlos Nambu, COMAS/São Paulo; Cássia Goreti da Silva,*  
226 *COMOS/São Paulo; Francis Larry S. Lisboa, ABF/São Paulo; Francisco Lisboa, FASP/ABF; Irani*  
227 *Camargo, SNAS/MDS. Secretaria Executiva do CNAS, Maria Auxiliadora Pereira, Bechara Rodrigues*  
228 *de Miranda, Bruno Cared Tavares, Carolina Ribeiro da Silva, Celda Maria Chaves de Souza, Marlene*  
229 *Azevedo Silva, Rosângela da Silva Almeida, Suzane Gonçalves. Observação: a Conselheira Léa*  
230 *ausentou-se da Reunião, no dia 14 do 4, em função de outros compromissos profissionais. 1º –*  
231 *Apresentação da proposta de Logomarca da X Conferência. A partir das observações e sugestões*  
232 *da Comissão Organizadora em relação às três propostas de logomarca, para X Conferência*  
233 *Nacional de Assistência Social, apresentadas em março. A ASCOM/MDS trouxe a apreciação a*  
234 *Comissão, duas propostas, sendo que a proposta aprovada pela Comissão. Apresenta-se anexo*  
235 *para apreciação da Plenária. Anexo A, está aí, no verso para vocês verem. Mas para quem tiver*  
236 *curiosidade, já vem logo; 2 – apresentação dos critérios de distribuição de Delegados de âmbito*  
237 *Municipal, Estadual e do Distrito Federal, para X Conferência. Hugo Miguel Pedro Nunes,*  
238 *representante da Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial do Departamento de Gestão*  
239 *do SUAS-SNAS/MDS. Apresentou a proposta de distribuição de Delegados de âmbito Municipal,*  
240 *Estadual e do Distrito Federal, amplamente discutida e aprovada por esta Comissão, para*  
241 *apreciação da Plenária, conforme o anexo B. A Comissão propõe, também, a apreciação da*  
242 *Planária a Resolução, anexo C, que orienta os Conselhos Estaduais, sobre a representação dos*  
243 *municípios nas Estaduais de Assistência Social; 3º – I Conferência sobre a X Conferência. Primeira*  
244 *Teleconferência sobre a X Conferência, Daniela Santana, Assessora do Gabinete da SNAS/MDS, fez*  
245 *o informe de como são realizadas as Teleconferência que acontecerá no dia 27 de abril, no horário*  
246 *de 09h as 10h30, sendo necessário que os Conselhos... Conselheiros que iram representar o CNAS*  
247 *cheguem às 08h. Daniela se colocou à disposição do CNAS, para ampla divulgação da mesma.*  
248 *Encaminhamentos: foram indicados para participar da primeira Teleconferência, Edivaldo da Silva*

249 Ramos, Léa Lúcia Cecílio Braga e Leovane Gregório. A Secretaria Executiva do CNAS preparará o  
250 roteiro da referida Teleconferência e fará a divulgação ampla da realização da mesma. Ponto 4 –  
251 Reunião descentralizada e ampliada do CNAS, 16 de abril. Apresentamos com anexo “D” a  
252 programação da reunião da centralizada e ampliada do CNAS, aprovada na Plenária do CNAS de  
253 março, com a proposta da Comissão Organizadora dos Coordenadores de Mesa. Ponto 5 –  
254 Formato e estrutura da X Conferência, com vistas a preparação do TR, pela Secretaria Executiva do  
255 CNAS. A Comissão definiu o seguinte formato para X Conferência, visando a preparação do termo  
256 de referência, considerando que o orçamento previsto para a X Conferência, é o mesmo valor da  
257 nona. Dia 7 do 12, o formato é igual ao primeiro dia da IX Conferência. No dia 8, realização de  
258 Plenárias durante todo o dia, Conferências Magnas, balanço de plano decenal e consolidado das  
259 Conferências Estaduais e do DF. Dia 9 do 12, realização de 15 Mini Plenária com salas com a  
260 capacidade para 110 pessoas cada, manhã e realização de três Planárias Temáticas com  
261 capacidade para 550 pessoas cada, parte da tarde. Dia 10, realização de Plenária durante todo o  
262 dia, Plenária Final. Encaminhamentos, a Secretaria Executiva fará visita ao Centro de Convenções,  
263 para verificação da possibilidade de viabilização dos espaços acima, e, em seguida dá retorno a  
264 Comissão Organizadora e a Relatoria, para que as mesmas possam dar continuidade a construção  
265 da programação e dos instrumentais para X Conferência. Quanto à estrutura da X Conferência, a  
266 Comissão Organizadora propõe: salas e stands. Stands CNAS/MDS, Secretarias e Ouvidoria,  
267 Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República,  
268 Conselhos Setoriais e de Direitos, brinquedoteca, trabalhadores, entidades e usuários, 27 stands  
269 para o CEAS e o CAS/DF, sala de apoio ao grupo de mobilização e sala com capacidade para 200  
270 pessoas, para reuniões, com diversos segmentos da Assistência Social, mediante agendamento e  
271 stands para livrarias. Transmissão online de toda a Conferência e sistema de votação eletrônica na  
272 Plenária final. Encaminhamento, não haverá necessidade de inclusão no termo de referência da X  
273 Conferência Nacional, custos de customização do SISCONFERÊNCIA, ficando a Secretaria Nacional  
274 de Assistência Social, responsável por essa demanda junto ao MDS. Quanto à responsabilidade  
275 hospedagem e alimentação, foi informado que até a 8ª Conferência Nacional o SNAS custeou  
276 apenas para os Delegados da sociedade civil de âmbito Municipal e Estadual. Sendo que o  
277 transporte era de responsabilidade do Estado. Já na IX Conferência Nacional, o CNAS decidiu  
278 custear, hospedagem, alimentação para todos os Delegados de âmbito Municipal e Estadual, tanto  
279 do Governo, quanto da sociedade civil, enquanto transporte ficou sobre a responsabilidade do  
280 Estado. Encaminhamentos, a Comissão organizadora propõe que, a exemplo da IX Conferência  
281 Nacional de Assistência Social, o CNAS, cubra os custos de hospedagem e de alimentação, para os  
282 Delegados da sociedade civil e Governo, sendo que, o transporte dos mesmos é de  
283 responsabilidade dos Estados, observado o orçamento disponível, podem ser estudadas e  
284 analisadas. Que o CNAS, solicite a Comissão Intergestores Tripartite a CIT, a pactuação para 11ª  
285 Conferência Nacional de Assistência Social 2017, da deliberação número 14, da 8ª Conferência  
286 Nacional de Assistência Social, a partir do artigo 118 da NOB/SUAS, para posterior deliberação do  
287 CNAS. A deliberação da 8ª Conferência Nacional de Assistência Social, subtema 3. Fortalecimento  
288 da participação e do controle social. 14, garantir que eu os entes federados, União, Estados,  
289 Distrito Federal e municípios, financiem obrigatoriamente os custos com transporte, hospedagem e  
290 alimentação, desde o município de origem, para os Delegados Governamentais e da sociedade  
291 civil, nas Conferências em cada nível de Governo, de forma igualitária e justa, considerando como



292 critérios de paridade para efetiva participação, nas Conferências de Assistência Social,  
293 principalmente a Nacional. Ponto 6 – Discussão sobre a Relatoria da X Conferência. A Comissão  
294 Organizadora, conto com a presença da professora Maria Luiza Rizzotti e Célio Vanderlei Moraes,  
295 que comporão a Equipe de Relatoria da X Conferência. Neste momento, foi discutido os objetivos  
296 que o CNAS pretende atingir, neste processo de realização de Conferências, para a construção do  
297 segundo Plano Decenal do SUAS, tendo como centro da discussão, o Pacto Federativo, os desafios  
298 da inter-relação das diferentes esferas, no compromisso de implementação do SUAS, para os  
299 próximos 10 anos, visando subsidiar a Relatoria para o desenvolvimento do seu trabalho.  
300 Encaminhamentos, convidar para a próxima reunião da Comissão de maio, os colaboradores... As  
301 colaboradoras, Márcia Lopes, Valdete Barros e os indicados para equipe de Relatoria, Célio  
302 Moraes, Carlos Ferrari Denise Colin e Maria Luiza Rizzotti. Equipe de Relatoria deverá apresentar, a  
303 Comissão Organizadora em maio, proposta de plano de trabalho, etapas Municipais e Estadual e  
304 do DF e Nacional, e, pós Conferência, e proposta de instrumental para as Conferências Municipais.  
305 Que a Secretaria Executiva do CNAS, repasse para as colaboradoras e a equipe de Relatoria todos  
306 os informes, Resoluções e documentos, relacionados aos processos de Conferências de Assistência  
307 Social em 2015. Ponto 7 – Informe CNAS número 4/15. Orientações complementares sobre  
308 processo de Conferências de Assistência Social 2015. Encaminhamento, que a Secretaria Executiva  
309 do CNAS reúna em um único informe, todos os encaminhamentos contidos nas memórias da  
310 Comissão Organizadora, aprovadas pela Plenária e os conteúdos das Resoluções, calendários e  
311 outras orientações. Os critérios de distribuição de Delegados para a X Conferência Nacional,  
312 logomarca, considerando que essas informações, não constam dos primeiros três informes, já  
313 publicados. 8 – Discussão sobre critérios de Delegados Nacionais para X Conferência, total 58,  
314 sendo 29 Governamentais e 29 da sociedade civil. Encaminhamentos, a Comissão Organizadora  
315 aprovou os seguintes critérios, também utilizados, na 9ª Conferência Nacional. Representação de  
316 entidades de Assistência Social, de âmbito Nacional, interlocutores do Plano Brasil Sem Miséria,  
317 representação de entidades que atuam no atendimento, assessoramento, defesa e garantia de  
318 direitos de trabalhadores e de usuários em consonância com as Resoluções do CNAS, e outros  
319 Marcos legais. Representação do sistema de Justiça e do Ministério Público e Conselhos Nacionais  
320 das Políticas Setoriais e Defesa de Direitos. A partir da aprovação dos critérios pela Plenária, os  
321 representantes da sociedade civil do CNAS, indicarão os Delegados Nacionais da sociedade civil e  
322 os representantes do Governo indicarão os Delegados Nacionais do Governo, que serão  
323 apresentados e discutidos na reunião da Comissão Organizadora em junho. 9 – Discussão sobre  
324 critérios de convidados para a X Conferência Nacional, total 176, sendo 88 Governamentais e 88  
325 sociedade civil. Encaminhamentos, a Comissão Organizadora aprovou o seguinte critério, também  
326 utilizado na IX Conferência Nacional. Pessoas ou organizações que estabeleçam ou possam  
327 estabelecer, relação direta ou indireta, com Assistência Social no contexto do SUAS, interlocução  
328 qualitativa e que defenda a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, conforme  
329 preceitua a Constituição Federal de 88 e da LOAS. Considerando assim, as representações do  
330 Governo e da sociedade civil, trabalhadores, entidades e os usuários. Que as representações do  
331 Governo e sociedade civil, façam as indicações de nomes, para apresentação e discussão na  
332 Reunião da Comissão Organizadora, em junho de 2015. Ponto 10 – Publicações sobre SUAS, a  
333 serem disponibilizados para as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, para X  
334 Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento, a Comissão Organizadora propõe,

335 que o MDS disponibiliza as publicações em Pen Drive, e se possível, para atendimento as  
336 Conferências Municipais. 11 – Discussão sobre a implementação do Mérito CNAS na X Conferência  
337 Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos, a Comissão Organizadora, propõe manutenção  
338 do Mérito CNAS, na X Conferência Nacional de Assistência Social, para o reconhecimento da gestão  
339 e do controle social do SUAS. Propõe a criação de uma subcomissão, que irá organizar os critérios,  
340 edital, homenageado, ou, homenageada e toda a organização da premiação, com a indicação das  
341 Conselheiras, Célia Lima, Maria Lúcia Marquim e Léa Braga, representando o Governo. E as  
342 Conselheiras, Clátia Vieira, trabalhadores, Raimunda Cadó, entidades, Aldenora Gonzalez,  
343 usuários, representando a sociedade civil. Que esta Comissão apresente o projeto de  
344 implementação do método CNAS, na reunião da Comissão Organizadora em junho de 2015. 12 –  
345 Demandas recebidas sobre processo de Conferências; 12.1 – Solicitação de ampliação do prazo,  
346 para a realização das Conferências Municipais. O Conselho Municipal de Assistência Social de Belo  
347 Horizonte, vem solicitar alteração do prazo final, para a realização da Conferência Municipal de  
348 Belo Horizonte, de 10 de agosto de 2015, para 31 de agosto de 2015. Encaminhamento, enviar a  
349 demanda para a manifestação do CEAS/MG; 12.2 – Solicitação de ampliação do prazo, para  
350 realização das Conferências Estaduais e do DF. O CEAS Rio Grande do Sul, solicita ao CNAS, que  
351 seja ampliado prazo para o Estado do Rio Grande do Sul, realizar a sua Conferência Estadual,  
352 considerando que eles viabilizaram o local para a Conferência Estadual, para o período de, 3 a 6 de  
353 novembro de 2015, na PUC/Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Comprometendo-se a enviar o  
354 relatório até o prazo máximo, de 10 novembro de 2015. O SEAS/MG, solicita ao CNAS, que seja  
355 ampliado o prazo, para o Estado de Minas Gerais, uma vez que, o CEAS/MG, vem mantendo  
356 contato diversas instituições desde fevereiro de 2015, objetivando estabelecer reserva de espaço,  
357 para a realização da 10ª, corrige aí, por favor, Conferência Estadual de Assistência Social, com  
358 participação aproximada, de 1.000 pessoas, oriundas de 853 municípios. Informa que a data para  
359 referida Conferência está pré-definida para ocorrer, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015.  
360 Encaminhamentos, o CNAS, não alterará o calendário de realização das Conferências e emitirá  
361 como orientação ao CEAS, o prazo máximo, de até 10 dias, após a realização da Conferência  
362 Estadual, para preenchimento do relatório do SISCONFERÊNCIA. No caso específico das solicitações  
363 do CEAS/Minas e SEAS/Rio Grande do Sul, que apresentaram fundamentações plausíveis para  
364 alteração da data, será tratada como exceção, sendo acatadas suas solicitações, desde que, o  
365 preenchimento do relatório da Conferência Estadual, não ultrapasse o prazo final, do dia 10 de  
366 novembro, para os dois Estados; 12.3, realização de Conferência de Assistência Social, em conjunto  
367 com outros municípios ou Conferências Regionais. O e-mail da Rosane Basei, de Gramado, Rio  
368 Grande do Sul, encaminhado em 6 de abril, a Coordenação de Normas do CNAS. O assunto:  
369 Conferência Municipal. Surgiu a proposta de um município, que ao invés, de cada município fazer  
370 uma Conferência Municipal de Assistência Social, reunisse uns municípios quatro municípios  
371 vizinhos e fizéssemos uma única Conferência. Já gostaria de levar essa proposta ao CMAS para  
372 votação, contudo, preciso saber, se isso tem validade, ou não. Coloco que sei, que podemos  
373 convidar outros municípios a participarem da nossa Conferência, como convidados. Sei também,  
374 que é importante que a nossa comunidade participe dessa Conferência, mas a dúvida é: é  
375 considerado válido, esta Conferência de Assistência Social Regional? O outro e-mail vem do  
376 CEAS/Rio Grande do Sul. Ao cumprimentá-los cordialmente, venho por meio deste, informar que  
377 alguns municípios de pequeno porte um, do Rio Grande do Sul, estão questionando sobre a

378 realização das Conferências Regionais, pois os municípios querem adaptar as Municipais para as  
379 Regionais, devido as dificuldades financeiras. Para tanto, gostaria que o CNAS, se posicionasse  
380 sobre essa questão, se os municípios de pequeno porte, podem ou não, realizar Conferências  
381 Regionais. Encaminhamento, responder aos remetentes que o CNAS, não reconhece o processo de  
382 Conferências conjuntas, e, ou, Conferência Regional. Ponto 13, próxima reunião da Comissão  
383 Organizadora da X Conferência, data 11 de maio, a partir de 13h, e o dia 12 de maio o dia todo. A  
384 proposta de pauta são: primeiro, avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS. 2 –  
385 Avaliação da primeira teleconferência, sobre o início do processo de Conferência 2015. 3 –  
386 Apresentação da Relatoria do seu plano de trabalho, etapas Municipais, Estaduais e DF e Nacional  
387 e Pós-Conferência. 4 – Validação do instrumentais para as Conferências Municipais. 5 –  
388 Apresentação pela ASCOM/MDS, do plano de comunicação, cobertura das Conferências Municipais  
389 das Capitais, Estaduais e do DF e Nacional. 6 – Preparação da participação e representação do  
390 CNAS, nas Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. 7 – Apresentação do informe  
391 CNAS número 4/2015; 8 – Informe sobre a tramitação Termo de Referência. 9 – Demandas  
392 recebida sobre o processo de Conferências e 10 – Outros assuntos. Edivaldo da Silva Ramos,  
393 Presidente CNAS, Léa Braga, Conselheira do CNAS.” O Presidente colocou o **item 1**, sobre a  
394 logomarca em discussão, havendo três propostas, apresentada a primeira proposta, com  
395 observações pelos Conselheiros Fábio, José da Crus, Margareth e Solange. A seguir, o Sr. Bruno  
396 apresentou as duas outras propostas, conforme apresentadas em tela. O Presidente indagou se  
397 votariam ou tratariam do tema posteriormente, com a Conselheira Jucileide votando na primeira  
398 logomarca, o Conselheiro José da crus ponderando que as mesmas não representavam de modo  
399 completo o Sistema, a Conselheira Telma manifestou-se dividida entre a primeira e a quarta  
400 proposta, devendo ser mais trabalhadas, a Conselheira Solange votou na primeira proposta e a  
401 Conselheira Maria José sugeriu trabalhar mais a primeira proposta. A Presidenta-Substituta,  
402 Conselheira Léa observou haver indicação de considerar a primeira proposta em relação às  
403 demais, mas dando uma revisada. Indicou a sugestão do Conselheiro José Crus de retrabalhar as  
404 logomarcas, e não, necessariamente, vincular a uma divulgação, que esclareceu que seria  
405 interessante dar uma dimensão nacional, tendo Conferências que já estavam no XI evento, mas  
406 com a primeira proposta sendo a que mais de aproximava dos objetivos propostos. O Conselheiro  
407 Pedro falou sobre as propostas, sendo que nenhuma refletia a X Conferência Nacional, devendo  
408 ser refeitas. A Presidenta-Substituta, como encaminhamento, de voltar a conversar com a ASCOM,  
409 levando todos esses subsídios, trazendo o tema no próximo mês. No **Item 2**, apresentação dos  
410 critérios de distribuição de Delegados, no âmbito municipal, estadual e DF, para a X Conferência,  
411 passou a palavra para o Sr. Hugo, que apresentou a Nota Técnica que substanciaria os critérios de  
412 seleção calculados. Falou sobre os critérios utilizados e apresentou a planilha com a distribuição  
413 final dos Delegados Municipais e Distritais, no total de 1.134 Delegados Municipais e Distritais e  
414 180 de Estaduais: Delegados Municipais: Acre , 26; Alagoas, 34; Amazonas, 30; Amapá, 22; Bahia,  
415 54; Ceará, 46; DF, 44; Espírito Santo, 36; Goiás, 40; Maranhão, 42; Minas Gerais, 72; Mato Grosso  
416 do Sul, 42; Mato Grosso, 36; Pará, 40; Paraíba, 38; Pernambuco, 44; Piauí, 42; Paraná, 54; Rio de  
417 Janeiro, 48; Rio Grande do Norte, 36; Rondônia, 26; Roraima, 34; Rio Grande do Sul, 54; Santa  
418 Catarina ,42; , 34; São Paulo 86; e Tocantins, 32. Delegados Estaduais: Acre, 6; Alagoas, 6;  
419 Amazonas, 6; Amapá, 6; Bahia, 8; Ceará, 8; Espírito Santo, 6; Goiás, 6; Maranhão, 6; Minas Gerais,  
420 10; Mato Grosso do Sul, 6; Mato Grosso, 6; Pará, 8; Paraíba, 6; Pernambuco, 8; Piauí, 6; Paraná, 8;

421 Rio de Janeiro, 10; Rio Grande do Norte, 6; Rondônia, 6; Roraima, 6; Rio Grande do Sul, 6; Santa  
422 Catarina, 6; Sergipe, 6; São Paulo, 12; e Tocantins, 6. Indicou a seguir, o número total de Delegados  
423 por Estado, totalizando 1.314 Delegados. O Conselheiro José Crus, dirigindo-se à Comissão  
424 Organizadora, destacou a baixa participação dos trabalhadores do SUAS nos CAS, critério que não  
425 havia sido colocado. Observou que o Distrito Federal sempre havia sido tratado como estado, mas  
426 que deveria ter um tratamento diferenciado, com outros critérios, colocando o número de vagas  
427 que havia obtido em comparação com outros estados e discorrendo sobre a sua situação. A  
428 Conselheira Maria José Zezé questionou a existência ou não de Secretaria Executiva no Conselho,  
429 as despesas custeadas pelo IGD, a representação de usuários no CEAS, ponderando que a  
430 população deveria ter mais peso, destacando a diferença entre o maior e o menor número de  
431 vagas. A Conselheira Telma indagou se no percentual de 15% populacional havia sido usado o  
432 mesmo peso para todos, assim como destacar mais a importância da paridade. O Conselheiro José  
433 Crus observou que o porte populacional deveria ter mais peso, mas parabenizado os pesos  
434 colocados pela comissão organizadora, considerando os avanços realizados no SUAS e com o  
435 atendimento de muitos dos critérios sendo dever dos entes e registrando sua fala quanto à  
436 situação do DF, que deveria ter um tratamento diferenciado. Solicitando a colaboração do Sr.  
437 Hugo para consertar essa situação. Com autorização pelo Pleno, o Sr. Carlos Nambu citou os  
438 critérios diferentes usados em alguns estados, com menos ou mais vagas no arredondamento. O  
439 Presidente esclareceu que a Comissão, após amplo debate, havia usado como referência vários  
440 dos critérios da IX Conferência, ademais de inclusão de dois novos. A respeito da baixa  
441 participação do trabalhador, ponderou que o ideal seria ter representação de todos os segmentos,  
442 mas que conforme o censo alguns Conselhos tinham registro diferenciado, falando sobre o  
443 impacto que esses critérios traziam para os Conselhos, com resultados positivos ou negativos.  
444 Esclareceu à Conselheira Maria José que a alteração dos pesos interferiria no resultado final de  
445 100%, observando como poderia interferir no resultado final e como alguns haviam sido alterados  
446 a pedido da Comissão Organizadora. A Plenária concedeu fala à Sra. Denise, que informou ter sido  
447 demanda na última Conferência de abrir mão de vagas do CAS para permitir a participação de  
448 municípios no entorno do DF com população numerosa, comparando com o número de vagas do  
449 DF. O Conselheiro Fábio destacou a importância do trabalho realizado pela Comissão Organizadora  
450 e a responsabilidade do Pleno ao aprovar esses critérios, indagando ao Sr. Hugo sobre seu impacto  
451 na realidade e da importância dessa diferenciação entre os mesmos. O Presidente ressaltou que  
452 esses critérios haviam sido criteriosamente debatidos, sendo matéria vencida, mas podendo ser  
453 reavaliados. O Sr. Hugo esclareceu como os critérios haviam sido usados para alcançar o número  
454 final, mas esclarecendo que faria a correção nos estados citados com mais ou menos vagas no  
455 arredondamento do quantitativo. Ponderou que o total de 100% dificultava fazer uma boa  
456 distribuição, ademais das dificuldades em atender realidades tão diferentes, podendo ao longo do  
457 tempo conciliar os critérios populacionais, e outros avaliativos do cumprimento do seu papel pelos  
458 Conselhos. Que havia colocado o DF junto com os Delegados Municipais conforme havia sido feito  
459 na última Conferência, mas que para a próxima poderiam pensar em parâmetros mais específicos.  
460 Esclareceu à Conselheira Telma que haviam usado a quantidade de municípios, apenas nos  
461 Delegados Municipais, sendo uma combinação de municípios e população, nos Delegados  
462 Municipais e Distritais; e uma combinação de apenas a população no Estado, não considerando os  
463 números de municípios. Considerou importantes os critérios apontados pela Comissão

464 Organizadora na questão dos Delegados Estaduais, falando sobre o resultado do trabalho  
465 apresentado. O Conselheiro José Crus observou que o DF sempre era tratado do estado, sendo a  
466 primeira vez que vinha na planilha no lugar de municípios, sugerindo que a questão fosse revista  
467 para o próximo evento, ficando como encaminhamento para a Comissão Organizadora. O Sr. Hugo  
468 relatou como havia feito esse trabalho, baseado na Nota Técnica, no cálculo da Conferência  
469 anterior, esclarecendo a questão. Falou sobre as vagas destinadas ao DF e Goiás, mas que cabia  
470 pensar em critérios específicos para o DF, mas considerando que não havia ficado fora da  
471 distribuição dos demais. O Presidente confirmou que na conferência anterior o DF havia ficado no  
472 quadro dos municípios, não dando para aplicar o critério dos estados, discorrendo sobre a  
473 questão. Indagou se trabalhariam a questão ou deixariam para a próxima Conferência, devendo  
474 ter o cuidado de não alterar o número de Delegados, o que impactaria no TR. A Conselheira Maria  
475 José, falando sobre a questão, observou que o DF havia atendido todos os critérios, com a  
476 Conselheira Solange concordando com essa colocação. O Conselheiro José Crus reiterou sua fala,  
477 tendo que haver peso e medida para o Distrito Federal, e que a Comissão Organizadora deveria  
478 tratar desse assunto. O Presidente indagou se fariam essa alteração para a X Conferência,  
479 indagando ao Sr. Hugo se alterariam os demais. A Conselheira Telma ressaltou que a direção havia  
480 sido dada, tendo sido definido que dariam força nas Conferências Municipais e Estaduais e teriam  
481 mais qualidade na Nacional, com os questionamentos feitos sendo para esclarecimento. Para um  
482 encaminhamento, indagou ao Sr. Hugo se havia viabilidade de pensar nessa redistribuição sem  
483 ferir e pensar o DF em um certo tempo. A Conselheira Léa falou sobre o trabalho da comissão  
484 Organizadora, com sua preocupação sendo de trabalhar com critérios claros e republicanos,  
485 trazendo para consenso do Pleno. Considerou correta a especificidade do DF, defendendo que a  
486 questão fosse esclarecida, conforme o colocado pelo Conselheiro José Crus, considerando que não  
487 traria impacto no TR, propondo manter para o mesmo o número total de 1.314, sendo que se  
488 houvesse alguma alteração, seria administrado. Que a Comissão Organizadora e o Conselho  
489 estavam preocupados com o prazo do TR, fazendo-se nova reunião no próximo mês para ter essa  
490 tranquilidade. A Conselheira Maria Lúcia concordou com a fala da Conselheira Léa, estando em  
491 tempo de resolver a questão do DF, e apelando ao Presidente agilidade nesse procedimento.  
492 Conselheiro Fábio concordou com a Conselheira Léa, com o DF tendo que ser tratado de uma  
493 forma específica, sugerindo ao Sr. Hugo que o cálculo para o DF fosse feito como estado e como  
494 município, tirando-se a média e aplicando-se ao DF. O Presidente questionou que o número de  
495 vagas destinadas ao DF aumentasse, impactaria no resultado final, esclarecendo que esse  
496 quantitativo poderia ser menor que as atuais 44 vagas. Acreditava que assim daria para levar para  
497 a Comissão Organizadora, com os encaminhamentos sendo acatados. Observou que o Sr. Hugo  
498 tinha a proposta do Conselheiro Fábio, levando para a comissão para verem o impacto dessa  
499 alteração, tendo propostas para a formulação de novos critérios. Prosseguindo, o Presidente  
500 indicou a minuta de Resolução, com a Conselheira Léa fazendo essa apresentação: *“Anexo C –*  
501 *Minuta de Resolução CNAS. Oriento os Conselhos Estaduais sobre a representação dos municípios*  
502 *nas Conferências Estaduais de Assistência Social. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência*  
503 *Social em reunião ordinária realizada no dia 15 de abril de 2015, no uso da competência que lhe*  
504 *confere os Incisos VIII e IX do Artigo 18, da Lei 8.742, de 7 de novembro de 1993, LOAS,*  
505 *considerando a Portaria Conjunta CNAS/MDS nº 1, de 9 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a*  
506 *convocação extraordinária da X Conferência Nacional de Assistência Social. E dar outras*

507 *providências, cujo o tema é: Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026; e o lema: Pacto republicano*  
508 *do SUAS rumo a 2026, o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Considerando que as*  
509 *Conferências de Assistência Social usa instâncias que têm por atribuição a avaliação da Política de*  
510 *Assistência Social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito*  
511 *dos municípios, dos Estados, DF e da União; e considerando os 10 anos de implantação do SUAS, a*  
512 *importância de definição de diretrizes para o planejamento e a construção do 2º Plano Decenal do*  
513 *SUAS, observada a Norma Operacional Básica do SUAS, NOB/SUAS resolve, Artigo 1º – Orientar*  
514 *que os Estados em observância aos princípios legais da publicidade, transparência, estabeleça com*  
515 *antecedência os critérios de distribuição de vagas, para Delegados dos Municípios nas*  
516 *Conferências Estaduais. Parágrafo Único – As definições que alude esse artigo, deverão se dar*  
517 *antes do início da realização das Conferências Municipais. Artigo 2º – Que seja garantida a*  
518 *representação de todos os portes de municípios nas Conferências Estaduais e entre os Delegados*  
519 *eleitos para a X Conferência Nacional. Artigo 3º – Que o processo de escolha dos Delegados*  
520 *Estaduais ocorra no âmbito da Conferência Estadual, em estrita observância aos princípios legais*  
521 *da legitimidade e publicidade. Artigo 4º – Que os Delegados para a X Conferência Nacional,*  
522 *representantes do âmbito estadual, devem ser escolhidos entre os integrantes do Conselho*  
523 *Estadual e eleitos na Conferência Estadual, respeitando-se a paridade, inclusive as representações*  
524 *da sociedade civil, usuários, trabalhadores e entidades Socioassistenciais. Artigo 5º – Essa*  
525 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do*  
526 *CNAS.” O Conselheiro José Crus observou quer a primeira vez que essas questões eram tratadas*  
527 *em resolução, trabalhando-se anteriormente com orientações, com a gestão prezando pela*  
528 *autonomia dos entes federados, autonomia dos Conselhos Estaduais, questionando se era isso*  
529 *que a Comissão havia discutido. A Conselheira Léa solicitou esclarecimentos sobre o Artigo 4º,*  
530 *criando um mecanismo de Conselheiro Nato para os Conselhos Estaduais. Indicou a questão*  
531 *levantada pelo conselheiro José Crus, e que se fossem seguir com resolução, havia que fazer*  
532 *alguns acertos, devendo se pensar na melhor forma de ver sua efetividade em todos os Conselhos.*  
533 *O Conselheiro Pedro observou que o texto não era como deveria ser em resolução e mais como*  
534 *recomendação, concordando que não se deveria usar esse tipo de norma para a finalidade*  
535 *colocada. Que caberia junto com essa Resolução a aprovação de um anexo que detalharia melhor*  
536 *os critérios e como se daria essa distribuição. A Conselheira Maria Lúcia indicou como havia sido a*  
537 *discussão na Comissão sobre as questões levantadas, com seus membros tendo duas orientações,*  
538 *ou manter ou retirar, ou retirar e fazer como informe, conforme os demais comunicados. A*  
539 *Conselheira Célia concordou com a Conselheira Maria Lúcia, complementando que a resolução*  
540 *havia sido considerada levando-se em conta a situação de um estado e solicitado de um Fórum,*  
541 *citando a discussão sobre o Artigo 4º. Que a discussão havia sido tão polêmica, sugerindo que*  
542 *fosse repensada e sair como orientação, esclarecendo sua colocação. A Conselheira Solange*  
543 *observou que a Resolução 15 era orientação aos Conselhos, sugerindo usar outra forma, como um*  
544 *caderno de orientações para as Conferências Estaduais e Municipais. A Conselheira Telma*  
545 *observou que teria que ser uma orientação, esclarecendo sua posição quanto ao Artigo 4º, com*  
546 *cada ente tendo autonomia para construir o seu melhor critério, considerando a sua realidade. O*  
547 *Conselheiro Leovane discorreu sobre o número de Delegados de cada estado e se o mesmo havia*  
548 *sido consultado, tendo autonomia para fazer suas Conferências, mas na escolha dos Delegados*  
549 *para a Conferência Nacional teria que ter alguns critérios. Falou sobre a efetiva participação dos*

550 municípios de pequeno porte e que instrumento garantiria essa presença, sendo que se  
551 encaminhasssem como orientação o estado poderia ou não seguir, mas como resolução afirmando  
552 que queriam os quatro portes existentes. O Presidente esclareceu que a última resolução dessa  
553 Comissão , a nº 04, havia feito uma orientação sobre o processo de realização das Conferências,  
554 com a Secretária-Executiva procedendo à leitura do seu Artigo 1º, que tratava da questão. O  
555 Presidente ressaltou que o Conselho buscava ser referência no exercício da democracia  
556 participativa e no reconhecimento da autonomia dos entes federados e no cumprimento dos  
557 pactos, não entendendo que com essa resolução tivessem o intuito de interferir na autonomia dos  
558 estados, esclarecendo a sua colocação com a resolução lida anteriormente. Discorreu sobre a  
559 escolha desse formato, inclusive com São Paulo relatando a situação do estado e que talvez nem  
560 essa resolução fosse atendida, mas sendo uma contribuição do CNAS para que os portes fossem  
561 respeitados, também nos demais estados. Falou sobre o Artigo 4º, esclarecendo a questão dos  
562 Delegados Estaduais, inclusive com participação de outros organismos parceiros, com essa eleição  
563 devendo ser feitas no espaço de Conferência. A Conselheira Léa manifestou-se contemplada com  
564 o objetivo da resolução, com a mesma precisando traduzir de forma clara a orientação a ser feita  
565 quanto à garantia dos portes e observada a legalidade, a publicidade das regras, dos critérios e  
566 garantida a eleição de delegados corretamente, com essa regra sendo criada para ser usada  
567 continuamente, mas devendo garantir a presença de todos, inclusive, dos Conselheiros, com esse  
568 texto devendo ficar bem claro. O Presidente ponderou ser uma posição da Comissão, com a regra  
569 sendo criada para a X Conferência, esclarecendo essa colocação no texto. O Presidente observou  
570 ser preciso fazer a definição sobre o item, sugerindo que tratassem item a item. A Conselheira  
571 Maria Lúcia falou sobre a discussão realizada, com a importância da participação dos Conselheiros  
572 de todos os segmentos, precisando priorizar essa presença. Que se os Conselheiros fossem  
573 excluídos, não saberia com que dialogaria depois de uma Conferência em nível de estado. A  
574 Conselheira Telma ponderou que nessa lógica, teriam o mesmo problema na escolha dos  
575 municipais, destacando que se o Conselho tivesse legitimidade no seu trabalho, na sua  
576 representação de estado, conseguiria garantir suas vagas, tendo o reconhecimento de plenária, o  
577 que não acontecia com aqueles que tinham uma atuação precária. Não concordava que o  
578 Conselheiro Estadual ganhasse como nato, não sendo uma boa orientação, falando sobre os  
579 procedimentos que seriam tomados na ponta. Não encontrava legítimo que o CNAS determinasse  
580 a representação, o que deveria ser de Conselho, mas discorrendo sobre o Conselheiro que vinha à  
581 Conferência e após sua gestão encerrava uma gestão. Que havia que dar autonomia nesse sentido,  
582 uma legitimidade da escolha de um critério trabalhado, considerando que haveria regras das  
583 Conferências Estaduais e dando-se condições para que se organizassem e decidissem no seu  
584 Pleno. O Presidente passou ao **encaminhamento**, definindo-se se seria resolução ou dariam outro  
585 caráter a esse documento, com a proposta da Comissão sendo Resolução. Indagou ao Pleno se  
586 havia algum questionamento, com o mesmo aprovando essa norma. ,A seguir, procedeu à  
587 discussão ponto por ponto, com a Conselheira Léa indicando o Artigo 1º: *“Orientar que os estados*  
588 *em observância aos princípios legais da publicidade e transparência estabeleçam com*  
589 *antecedência os critérios de distribuição de vagas para os delegados dos municípios nas*  
590 *Conferências Estaduais.”* A Conselheira Solange observou que se o Caput era orientar os Conselhos  
591 Estaduais na representação dos municípios, a redação do Artigo 1º deveria ser alterada para não  
592 repetir o termo “orientar”, ficando “recomendar”. Artigo 2º: *“Que seja garantida a representação*

593 *de todos os portes de municípios na Conferência Estadual e entre os delegados eleitos para a 10ª*  
594 *Conferência Nacional.”* O Conselheiro José Crus questionou se a indicação dos portes não estaria  
595 divergindo do item anterior, sugerindo que ficasse apenas o Artigo 1º. O Presidente relatou a fala  
596 sobre a razão dessa preocupação da Comissão, querendo-se que os estados contemplassem os  
597 portes de municípios que estivessem na sua composição. Que analisando, poderia ser questão de  
598 estrutura, sugerindo fosse colocado § 1º e § 2º do Artigo 1º, mas que a intenção havia sido de  
599 tentar superar o problema relatado por alguns estados. O Conselheiro José Crus ponderou que  
600 após as situações relatadas havia acontecido um amadurecimento, devendo se potencializar uma  
601 Conferência que agregasse a todos, representativa e com a representação de todos os portes.  
602 Manifestou preocupação com o que havia sido escrito e qual a compreensão que os Conselhos  
603 Estaduais pudessem ter, querendo-se ampliar a participação dos municípios, prezando-se um  
604 processo democrático participativo, que eram as Conferências. A Conselheira Solange observou  
605 que não teria nenhum problema se recomendar que todos os municípios fossem representados na  
606 respectiva Conferência Estadual, tirando o porte, sugerindo resumir a redação. A Conselheira  
607 Clátia ressaltou que deveriam ver o posicionamento do CNAS para garantir essa ampla  
608 participação na delegação. Que não havia vaga para todos, mas queriam a participação da  
609 diversidade do estado, garantindo-se esse critério para ajudar, mas sem interferir na autonomia  
610 do estado. O Conselheiro Pedro indicou que os Artigos 2º, 3º e 4º estavam como orientação, com  
611 o verbo recomendar tendo que estar no início de cada um deles. Sugeriu, no Artigo 2º, uma  
612 redação que recomendasse que as Conferências Estaduais fossem realizadas com a representação  
613 do maior número de municípios possíveis. A Conselheira Maria Lúcia sugeriu colocar critérios que  
614 o CNAS usava e se recomendasse que os mesmos fossem usados, indicando alguns dos mesmos. O  
615 Presidente passou a palavra para o Sr. Allan, que manifestou sua estranheza com o fato de a  
616 Comissão Organizadora ter sua discussão e trabalho apresentados, sendo desconstruída  
617 completamente pelo Pleno, inclusive a credibilidade do Presidente. Que o Conselho Nacional na  
618 hora de normatizar, de regular os espaços de controle social da democracia participativa, abdicava  
619 do seu papel normativo. Que essa resolução repetia o que já vinha acontecendo, e se essa atitude  
620 sendo colocada de que sempre havia sido assim. Que se isso fosse seguido, não teriam os avanços  
621 realizados, como a LOAS, o SUAS e a nova NOB. O Sr. Francis manifestou-se contemplado com a  
622 fala do Sr. Allan, reiterando a gravidade dos fatos ocorridos em São Paulo e com o CNAS tendo se  
623 reunido para tentar resolver a situação, estranhando a atitude que estavam tomando, de se eximir  
624 de tentar resolver algumas questões, conforme havia sido solicitado, discorrendo sobre a situação.  
625 Pediu aos Conselheiros que considerassem haver muitas pessoas na expectativa que esses  
626 problemas de vagas não voltassem a ocorrer pela falta de critérios mesmo. Que esperava que o  
627 CNAS cumprisse seu papel normatizador e garantir que o processo ocorresse da melhor forma  
628 possível, com toda inclusão possível da participação de todos os seguimentos e de todos. A  
629 Conselheira Telma falou sobre a preocupação de se dar uma direção que qualificasse o processo  
630 das estaduais, falando sobre a discussão ocorrida sobre a questão. Sugeriu que no § 2º do Artigo  
631 1º, fosse colocado: *“A definição dos critérios da participação dos delegados municipais na*  
632 *Conferência Estadual pode ter como base os critérios definidos para a representação da*  
633 *Conferência Nacional.”* O Presidente indicou a proposta de que o Artigo 2º se transformasse em §  
634 2º do Artigo 1º, com essa sugestão sendo acatada pelo Pleno. Indicou a proposta da Conselheira  
635 Telma, com o Conselheiro Leovane destacando que o critério sobre a participação de todos os



636 portes de municípios deveria ficar bem claro. Após algumas observações, o Presidente indicou que  
637 isso estava contemplado, estando em construção uma proposta. O Presidente indagou se poderia  
638 passar para o próximo tema, enquanto isso, o que acordado, passando para o Artigo 3º: *“Que o*  
639 *processo de escolha dos delegados estaduais ocorra no âmbito da Conferência Estadual em estrita*  
640 *observância aos princípios da legitimidade e publicidade.”* O texto foi aprovado pelo Pleno, mas  
641 com o Conselheiro Pedro lembrando a inclusão do verbo “recomendar”, mas indicando que o  
642 texto deveria ser sequencial. O Presidente observou que não faria essa alteração, com a  
643 concordância do Conselheiro Pedro, com a Conselheira Solange esclarecendo que estavam  
644 recomendando, caso contrário não seria uma resolução, mas sim uma orientação. O Presidente  
645 passou para o Artigo 4º: *“Que os delegados para a 10ª Conferência Nacional representantes do*  
646 *âmbito estadual devem ser escolhidos entre os integrantes do Conselho Estadual eleitos na*  
647 *Conferência Estadual, respeitando-se a paridade inclusive as representações da sociedade civil*  
648 *usuários, trabalhadores e entidades socioassistenciais.”* A Conselheira Solange sugeriu a retirada  
649 do texto “devem ser escolhidos entre os integrantes do Conselho Estadual”, pois se dizia que  
650 seriam representantes no âmbito estadual eleitos na Conferência Estadual, respeitando-se a  
651 paridade. A Conselheira Solange sugeriu que os delegados para a 10ª Conferência Nacional fossem  
652 representantes do âmbito estadual eleitos na Conferência Estadual respeitando-se a paridade,  
653 bem como as representações da Sociedade Civil usuários, trabalhadores e entidades  
654 socioassistenciais, com o texto: Artigo 3º: *“Recomendar que os delegados da 10ª Conferência*  
655 *Nacional representantes do âmbito, representantes no âmbito estadual sejam eleitos na*  
656 *Conferência Estadual respeitando-se a paridade, bem como as representações da sociedade civil,*  
657 *do usuário, trabalhadores e entidades socioassistenciais.”* O Conselheiro Thiago sugeriu alterações  
658 na redação, complementando o termo paridade. O Presidente indagou se havia mais algum  
659 questionamento. Em não havendo, considerou o texto aprovado pelo Pleno. A Conselheira Léa  
660 indicou o caput, “orientar os Conselhos Estaduais sobre a representação dos municípios nas  
661 Conferências Estaduais de Assistência”, complementando “Conferências Estaduais e Nacional de  
662 Assistência Social”. Após algumas sugestões ficou *“Orienta os Conferências estaduais sobre a*  
663 *representação dos municípios nas Conferências Estaduais de Assistência Social, e a composição dos*  
664 *delegados para a X Conferência Nacional”*. O Presidente observou que o Parágrafo Único seria  
665 transformado em § 1º e o Artigo 2º em § 2º do Artigo 1º, com a Conselheira Léa lendo o texto: *“§*  
666 *2º: a definição dos critérios da participação dos delegados municipais na Conferência Estadual*  
667 *pode ter como base os critérios populacionais e avaliativos definidos para a representação na*  
668 *Conferência Nacional.”* Após algumas indicações sobre a inclusão dos critérios, o Presidente  
669 indicou a proposta da Conselheira Clátia de inclusão de orientação sobre a definição dos  
670 Delegados Estaduais em um § 3º, que esclareceu sua proposta. Ressaltando a dificuldade em se  
671 chegar a um consenso, a Conselheira Maria Lúcia propôs que a questão fosse suspensa e analisada  
672 até maio, com o Presidente esclarecendo que as Conferências Municipais iniciariam dia 11 desse  
673 mês, não podendo incluir o Artigo 1º. A Conselheira Jucileide ponderou que após todo o debate  
674 realizado, deveria ser mantida essa resolução e o que estava trazendo dificuldades fosse tratado  
675 novamente na Comissão Organizadora, fazendo outra norma a respeito das Conferências  
676 Municipais, que seria concluída nesse momento, suprimindo o § 2º que ficaria para maio. Após  
677 mais algumas colocações, o Presidente indicou as propostas feitas, colocando como  
678 **encaminhamento** acatar as propostas das Conselheiras Jucileide e Maria Lúcia de retirar os pontos

679 que poderiam ser discutidos futuramente, que era o atual Artigo 3º e o atual § 2º, e o restante da  
680 Resolução seguiria os trâmites. A Conselheira Léa ressaltou que o mais responsável seria não  
681 aprovar as questões colocadas nessa proposta de Resolução e que a Comissão Organizadora não  
682 esperasse até maio, analisando-se essa norma no dia seguinte e dando os encaminhamentos  
683 correspondentes. O tema foi tratado novamente, com o Presidente questionando o prazo  
684 disponível e indagando qual o tipo de norma que o Pleno acataria, sendo definido que seria por  
685 meio de recomendação, com o texto sendo aprovado. **Item 3. Teleconferência**, com a participação  
686 dos Conselheiros Edivaldo, Léa e Leovane e com elaboração do material pela Secretaria-Executiva.  
687 **Item 4. Reunião Descentralizada e Ampliada**, com a programação tendo sido aprovada e  
688 distribuída aos Conselheiros. **Item 5. Formato e estrutura da Conferência**. Esclareceu que a  
689 Comissão havia definiu o formato visando a preparação do TR, falando sobre a programação. Que  
690 como **encaminhamento**, a Secretaria-Executiva estaria sempre visitando o espaço para aplicar o  
691 plano a ou b e mantendo-se a estrutura da Conferência anterior. Que não seria possível a  
692 transmissão on line de toda Conferência, considerando o grande número de atividades e com a  
693 SNAS assumindo a adequação do Sisconferência. Quanto à responsabilidade de hospedagem e  
694 alimentação havia sido que seria o mesmo procedimento da IX Conferência, com o Conselheiro  
695 José Crus sugerindo retirar do texto a indicação sobre os eventos anteriores, o que foi acatado. O  
696 Presidente indicou os trâmites quanto à CIT, esclarecendo que não seria solicitação de pactuação,  
697 mas sim de discussão de uma regulamentação sobre quem assumiria os gastos para esses eventos,  
698 o CNAS, estado ou municípios. O Conselheiro José Crus sugeriu que se suprimisse esse segundo  
699 encaminhamento, o que já havia sido tratado na NOBSUAS, fruto de um pacto entre os entes  
700 federativos e aprovado pelo conselho Nacional, mas pensando-se em outras estratégias. O  
701 Presidente esclareceu a inclusão dessa questão, sugerindo que fosse revista a forma, seguindo-se  
702 o que havia sido deliberado para a IX Conferência, mas pensando-se em outra regulamentação  
703 para a XI Conferência. Após outras colocações, o Presidente indicou o **encaminhamento** de enviar  
704 para a SNAS para que provocasse esse debate com as instâncias correspondentes. **Item 6.**  
705 **Discussão sobre a relatoria da X Conferência**. O Presidente falou sobre as contribuições feitas  
706 pelos Professores Célio e Maria Luíza, como encaminhamento sendo a presença de todos os  
707 membros da Comissão de Relatoria, para analisar o que já havia sido discutido e que a mesma  
708 apresentasse o seu trabalho. **Item 7. Informe 4 com todos os encaminhamentos feitos,**  
709 **coordenando essas construções.** **Item 8. Discussão sobre o critério de delegados.**  
710 Encaminhamento, que a comissão havia aprovado os critérios usados nas últimas Conferências,  
711 com relação aos delegados nacionais. **Item 9. Discussão sobre critérios de convidados**, adotando-  
712 se, também, os critérios da IX Conferência. **Item 10. Publicações. Encaminhamento**, reduzir as  
713 publicações em papel, adotando-se mídias para essa documentação, com o Conselheiro José Crus  
714 propondo colocar impressas ou mídias, e/ou outras mídias e o Conselheiro Alceu  
715 complementando com mídias acessíveis, o que foi acatado. **Item 11. Mérito CNAS.**  
716 **Encaminhamento**, a Comissão propunha a manutenção do mérito para essa Conferência, com  
717 uma Subcomissão composta pelas Conselheiras Célia, Maria Lúcia, Léa, pelo governo, e Clátia,  
718 Raimunda Cadó e Aldenora, pela Sociedade Civil. **Item 12. Demandas recebidas em relação aos**  
719 **processos de Conferência e solicitação de ampliação. Encaminhamento:** enviar demanda para a  
720 manifestação do Conselho de Minas Gerais sobre discussão do prazo;**12.2. Ampliação das**  
721 **Conferências Estaduais. Encaminhamento**, envio dos relatórios até 10 dias, após a realização da

722 Conferência, e fundamentação para as duas exceções, com teto até dia 10 de novembro. **12.3.**  
723 **Realização das Conferências de Assistência Social em conjunto ou regionais. Encaminhamento,** O  
724 CNAS não reconhece esse modelo de conferência, tendo que ser por município. **Item 13. Próxima**  
725 **reunião. Encaminhamento,** dias 11 e 12 de maio, conforme o cronograma aprovado, sendo que  
726 no dia 11 iniciaria às 13h, indicando a pauta para essa oportunidade. O Presidente indagou se  
727 havia algum destaque sobre o relatório, com o mesmo sendo aprovado pelo Pleno. **Item Relato da**  
728 **Presidência Ampliada,** pela Conselheira Léa: "Memória da reunião da Presidência Ampliada.  
729 Reunião 03/2015, do dia 15/04, de 13h às 14h30. Participantes: Edivaldo da Silva Ramos,  
730 presidente do CNAS; Célia Maria de Souza Melo Lima, representante da comissão de Política de  
731 Assistência Social; Cláudio Faquinote, coordenadora da comissão de normas da Assistência Social;  
732 Telma Maranhão, representante da comissão de financiamento e orçamento da assistência social;  
733 Solange Teixeira, coordenadora da comissão de acompanhamento aos conselhos de Assistência  
734 Social. Secretária-executiva: Maria auxiliadora Pereira; Silvani Souza, apoio do gabinete; a Maria  
735 auxiliadora Pereira, Secretária-Executiva substituta do CNAS; Silvani Souza apoio do gabinete;  
736 Thaís Braga apoio do gabinete; e Maria do Socorro Cruz apoio do gabinete. Ponto 1: informe sobre  
737 as reuniões das comissões temáticas do CNAS. Houve reunião da comissão de normas, comissão de  
738 acompanhamento aos conselhos e comissão de monitoramento das deliberações das conferências  
739 de Assistência Social. A coordenadora da comissão de normas informou que houve a discussão do  
740 decreto 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil  
741 no CNAS, cujo relato será apresentada na reunião de maio. A coordenadora da comissão de  
742 acompanhamento aos conselhos informou que houve a apresentação pela SAGI/MDS do  
743 CAPACITASUAS, módulo conselhos. A reunião da comissão de monitoramento das deliberações das  
744 conferências da assistência social continuam no período da tarde deste dia. 2: representações do  
745 CNAS e comissões temáticas, comitês, grupos, fóruns, e outros. A presidência solicita que a  
746 sociedade civil e governo revejam as suas representações até o dia 30/4 e encaminha à Secretaria-  
747 Executiva do conselho para ser discutida na reunião da presidência ampliada de maio. 2.1:  
748 comissão de ética. Thiago Barbosa Ferreira Cabral, segmento entidades, suplente; Patrícia Alves  
749 Vieira, segmento dos trabalhadores, titular; Samuel Rodrigues, segmento usuários, titular; José  
750 Crus, o governo; Maria das Graças Prola, o governo; e Carolina Gabas, governo. 2.2: Comissão  
751 Intergestores Tripartite, CIT. Titular Anderson Lopes Miranda, segmento usuários, titular; e  
752 suplente Naelson da Silva Ferreira, segmento entidades, suplente. Atualmente o representante do  
753 CNAS na CIT ao conselheiro Anderson Miranda. Há um acordo entre a sociedade civil que no  
754 segundo ano de gestão o conselheiro Naelson Ferreira assumira essa representação. 2.3: comissão  
755 nacional intersetorial para acompanhamento e implementação do plano nacional de promoção,  
756 proteção e defesa dos direitos da criança, adolescente à convivência familiar e comunitária.  
757 Titular: Lea Braga, governo, e suplente Raimunda Nonata Cadó, entidades. 2.4: comissão  
758 intersetorial do SINASE. Titular: o Maria das Graças Prola a definir; suplente Leovane Gregório.  
759 Observação: lembrem-se de que o representante do CNAS deverá ter domínio do tema. 2.5: grupo  
760 de trabalho interministerial de saúde do sistema prisional. Titular: Samuel Rodrigues, segmento  
761 usuários; suplente Elisabete Hernandez governo. 2.6: comitê nacional de enfrentamento ao tráfico  
762 de pessoas no biênio 2013-2015. CONATRAP: titular Aldenora Gomes González, segmento  
763 usuários; suplente Solange Teixeira, governo. 2.7: comitê consultivo do grupo gestor do PAA.  
764 Titular: Aldenora Gomes González, segmento dos usuários; suplente Solange Teixeira governo. 2.8:

765 fórum nacional de aprendizagem profissional. Coordenador: a definir; titular Margareth  
766 Dallaruvera, trabalhadores e suplente Margarida Munguba governo.2.9: comissão nacional de  
767 população e desenvolvimento: Cláudia Faquinote na condição de titular da sociedade civil; e  
768 Solange Teixeira como suplente representante do governo. 3: definição de critérios para  
769 participação em representação do CNAS nas conferências municipais das capitais, estaduais e do  
770 DF. Será seguida a ordem de prioridade: I) presidente; II) vice-presidente; III) coordenador de  
771 comissões temáticas permanentes; IV) integrantes da comissão organizadora e demais  
772 conselheiros. Demandas recebidas: na verdade é quatro, não é? 4.1: posicionamento do fórum  
773 nacional dos trabalhadores do SUAS acerca da representação dos trabalhadores nas conferências  
774 de Assistência Social. O fórum enviou o ofício 07/2015 e fez defesa de que: a inscrição dos  
775 trabalhadores e das trabalhadoras nas conferências municipais, seja da sociedade civil, seja do  
776 governo, que não estejam em cargos comissionados ou na direção de entidades de assistência  
777 social, deve ser realizada no segmento dos, das trabalhadoras independente do seu vínculo de  
778 trabalho; sejam reconhecidas outras formas de organização das, dos trabalhadores, tais como  
779 fórum de trabalhadores para além do previsto na resolução CNAS 23/2006 para fins de indicação  
780 de candidatos ou candidatas, e delegados ou delegadas para as conferências. A escolha de  
781 delegados ou delegadas para as conferências estaduais e nacional deve ser realizada entre seus  
782 pares, ou seja, as, os trabalhadores e trabalhadoras e escolhem entre si quem será a sua ou o seu  
783 representante. Os trabalhadores, as trabalhadoras e os trabalhadores não representam nem são  
784 representadas ou representados por usuários ou usuárias, entidade e nem governo. A entidade de  
785 trabalhador ou trabalhadora é que define o segmento integrante da sociedade civil, independente  
786 de ser servidor ou servidores, público, pública, concursado o concursado, contratado ou  
787 contratada, ou terceirizado ou terceirizada. No referido expediente o fórum nacional de  
788 trabalhadores do SUAS solicita que o posicionamento do fórum seja enviado aos conselheiros  
789 estaduais e municipais da Assistência Social como contribuição para o debate das conferências.  
790 Encaminhamento: enviar o expediente para a comissão de política e de acompanhamento aos  
791 conselhos para a discussão.4.2: o coordenador do fórum da Assistência Social da cidade de São  
792 Paulo enviou ofício nº 04/2015 solicitando orientação em relação ao desfecho da conferência  
793 estadual de assistência social de São Paulo em 2013, e as providências para evitar a recorrência na  
794 conferência deste ano e ainda questiona qual é o contexto de debate sobre o marco regulatório na  
795 relação poder público e sociedade civil. Por fim, o fórum informa que o tema marco regulatório  
796 será pautado no seminário anual do fórum, que acontecerá no dia 22 de maio de 2015.  
797 Encaminhamento: as orientações e recomendações do conselho nacional de assistência social de  
798 caráter geral são direcionadas aos espaços das conferências de Assistência Social, cabendo às  
799 instâncias municipais, estaduais e do DF proceder a definição de seus critérios específicos. 4.3: O  
800 Conselho estadual de Assistência Social, CEAS MG, enviou ofício 28 solicitando a inclusão de oficina  
801 sobre a melhor forma de acompanhar e avaliar as deliberações, da última conferência estadual de  
802 assistência social na reunião regional do CNAS com o CEAS da sul e Sudeste, a ser realizada nos  
803 dias 23 e 24 de abril de 2015, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Encaminhamento: tendo em vista  
804 que a pauta da referida reunião já está concluída, a presidência ampliada informa que tema será  
805 pautado na reunião de acompanhamento aos Conselhos assistência social e durante a discussão  
806 do processo de conferência na reunião descentralizada e ampliada, no dia 16 do 04. 4.4: O  
807 Conselho municipal de assistência social de Florianópolis, Santa Catarina, enviou ofício CMAS

808 062/2015 por meio da comissão de inscrição, acompanhamento e fiscalização das entidades de  
809 Assistência Social. Solicito orientações sobre a manutenção da inscrição da entidade, sociedade  
810 Alfa Gente. O CMAS informa que a referida entidade está inscrita naquele conselho e em dezembro  
811 2013 suspendeu as atividades de assistência social para construção de novo espaço físico, a  
812 adequação de espaço físico foi também uma solicitação do CMAS no ato da inscrição, conforme  
813 resolução do CMAS 350/2013. O início das obras estava previsto para janeiro 2014, e até o  
814 presente momento não iniciou. A entidade justifica que os projetos arquitetônicos foram roubados  
815 do arquiteto voluntário e eles tiveram que reiniciar todo o processo tudo processo e neste  
816 momento estão concluindo a etapa burocrática, com início das obras previstos ainda para este  
817 semestre. Conforme resolução CMAS 14/2014 e do CMAS 04/2015 a interrupção dos serviços,  
818 programas, projetos e benefícios não pode ultrapassar seis meses. Diante do exposto, o Conselho  
819 municipal questiona o CNAS se o prazo de seis meses, que está estabelecido nas referidas  
820 Resoluções, poderá ser flexibilizado, conforme a realidade da identidade em questão, ou seja, o  
821 CMAS tem essa autonomia de flexibilizar o prazo. Conforme legislação em vigor, o prazo está  
822 estabelecido, no entanto, cabe ao CMAS avaliar por meio de visita e solicitar a justificativa do não  
823 cumprimento do prazo. Enviar cópia de expediente do Conselho municipal ao Conselho estadual de  
824 Santa Catarina para acompanhamento. O 4.5: A prefeitura municipal de Bueno Brandão, Minas  
825 Gerais, encaminhou ofício 08/2015 manifestando indicar indignação ao CNAS pela resposta que  
826 recebeu do MDS sobre a não elegibilidade do seu município para continuação do programa  
827 ACESSUAS/Trabalho, onde contraria o posto em resposta e à legislação. A prefeitura explana sobre  
828 legislação do CNAS e da CIT, que tratam da aprovação de metas e os critérios de partilha para o  
829 próximo cofinanciamento federal do programa ACESSUAS/Trabalho e esclarece que, conforme  
830 observado em todas as resoluções, tanto da CIT, quanto do CNAS, leva em consideração o período  
831 anual para o cofinanciamento do programa ACESSUAS/Trabalho. Dessa forma, inúmeros  
832 municípios, como Bueno Brandão, em Minas, vem pactuando acima da média no ano e não estão  
833 sendo contemplados com os recursos. De acordo com o ofício, de acordo com o ofício, foi enviada  
834 uma carta de resposta pela senhora Fabiana Cavalcante, ouvidora substituta do MDS colocando  
835 que o município não é ilegível, porque não conseguiu completar as vagas exigidas por lei, mas  
836 equivocadamente e sem explicações plausíveis, e contrariando as resoluções informadas,  
837 utilizaram como base de critério o número de vagas homologadas pelo Ministério Da Educação no  
838 SISTEC até a data de 14 de maio de 2014, que realmente foram 70 vagas. Esquecendo ou deixando  
839 de efetivar a legislação pertinente foram desconsideradas as 90 vagas pactuadas desde a citada  
840 acima até o final do ano de 2014. A prefeitura lembra que, para efetuar a pactuação no SISTEC,  
841 eles precisam passar por algumas etapas. Ressalta ainda que um relatório de informações no site  
842 do MDS foi encontrado o documento “O Brasil Sem Miséria no seu Município”, o qual relata que  
843 trimestralmente as prefeituras podem renegociar a oferta de cursos do Pronatec e no referido  
844 município ocorre somente bimestralmente. Este mesmo relatório coloca que em 2014 foram  
845 pactuadas pela oferta 210 vagas para o município de Bueno Brandão, a prefeitura de Bueno  
846 Brandão solicita receber as informações com mais clareza e eficiência pelos entes responsáveis.  
847 Corrigir aí não é? Pois não entendo o porquê da legislação está sendo contrariada, e afirma que a  
848 documentação enviada comprova as informações relatadas. 4.6: O Conselho municipal de  
849 assistência social de Governador Valadares está acompanhando a execução das atividades das  
850 organizações de assistência social que prestam serviço de proteção social especial para pessoas

851 com deficiência, por meio de convênio, com a gestão municipal de Assistência Social. Neste  
852 acompanhamento o Conselho tem debatido sobre a pactuação das metas de atendimento, bem  
853 como o repasse de recursos e seu uso para atendimento às demandas do citado município. Nessa  
854 expectativa o CMAS verificou que o valor anual do piso de transição de média complexidade  
855 apenas para o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos em suas  
856 famílias repassado ao município no ano de 2014, de R\$ 173.170,00 para custeio dos serviços  
857 permanece o mesmo desde o ano de 1997. Sendo assim, a renda per capita por usuário foi definida  
858 numa ocasião em que o salário mínimo correspondia a 120 reais. Ao longo desses anos ocorreram  
859 mento das despesas, o que permite ao município atender atualmente por meio de convênio, com  
860 as organizações não governamentais apenas 238 reais, pessoas com deficiência no universo de 643  
861 pessoas, restando uma demanda reprimida de 405 usuários que se encontram descobertos dos  
862 serviços. Considerando os fatos acima apresentados, o CMAS solicita de debate e posterior  
863 deliberação sobre o assunto para a revisão dos valores do repasse do piso de transição de média  
864 complexidade, bem como da per capita devida à pessoa com deficiência. Encaminhamento: Enviar  
865 para a Secretaria nacional de assistência social responder ao interessado, com cópia para o CNAS.  
866 Número 5: Pesquisas acadêmicas. 5.1: O estudante de gestão de políticas públicas da universidade  
867 de Brasília, UnB, Rodrigo Bacelar, enviou e-mail ao CNAS informando que está fazendo seu  
868 trabalho de conclusão de curso sobre população em situação de rua. De acordo com a mensagem  
869 eletrônica sua pesquisa procura entender a participação social na implementação da política  
870 nacional para pessoas em situação de rua, mais precisamente no serviço especializado para  
871 pessoas em situação de rua, no sentido de mudar, de modificar algo na política. Destaca ainda o  
872 CNAS como importante ente na participação social. Solicita mais informações do Conselho sobre o  
873 tema acima se é possível participar de alguma reunião, fazer entrevista com o propósito de  
874 responder questões propostas na pesquisa. 5.2: A estudante de serviço social da UnB, Lilian  
875 Barbosa, enviou e-mail ao CNAS manifestando seu interesse em conhecer o espaço do Conselho e  
876 entrevistar um funcionário ou conselheiro do CNAS, a fim de contribuir na construção de trabalhos  
877 que vêm desenvolvendo na área de participação social e políticas sociais. O objetivo da entrevista é  
878 de conhecer o espaço do Conselho, como se dão os processos decisórios, as competências de cada  
879 Comissão, informações que vêm exemplificar os exercícios da participação social no Conselho.  
880 Encaminhamento: As duas solicitações de pesquisa foram aprovadas pela presidência ampliada. 6:  
881 Convites conferências de assistência social 2015. 6.1: O Conselho estadual de assistência social de  
882 Goiás enviou o ofício 02/2015, o qual convida o CNAS para participar, para repassar orientações  
883 sobre a 10ª conferência nacional de assistência nos dias 22 e 23 de abril, o evento tem o objetivo  
884 de orientar Conselheiros, gestores e trabalhadores da assistência social sobre o processo de  
885 realização das conferências. O evento contará com 246 municípios goianos e será dividido em dois  
886 grupos, por esse motivo, a reunião acontecerá em 2 dias. Encaminhamento: Informar que o CNAS  
887 elaborou orientações e recomendações referentes ao processo de conferências de assistência  
888 social de 2015 por meio dos informes 01, 02 e 03. Comunicar que no dia 27 do 4 será realizada  
889 uma teleconferência que versará sobre o processo de conferências municipais 2015 a ser  
890 transmitida a partir das 10 horas via internet. Ressaltar que o tema da reunião descentralizada e  
891 ampliada do CNAS no dia 16/4 será a construção do processo de conferência de Assistência Social  
892 de 2015. 7: Informe. 7.1: O Conselho municipal de assistência social de Jaboatão Dos Guararapes,  
893 Pernambuco, enviou ofício número 010/2015 para a Secretaria Nacional de Assistência Social, com

894 cópia ao CNAS, informando que foi tema de discussão da 3ª reunião ordinária do Conselho, em  
895 1º/04/2015 a situação do não repasse dos recursos financiados com recursos do fundo Municipal e  
896 Fundo nacional de Assistência Social. Por esse motivo, o Conselho municipal solicita a  
897 regularização do recurso da política de assistência social para a continuidade dos trabalhos em  
898 execução, haja vista que os recursos são necessários para o serviço de convivência e fortalecimento  
899 dos vínculos, programa Bolsa Família e CRAS. 7.2: Resposta do Conselho municipal dos direitos da  
900 criança e do adolescente de Sorriso Mato Grosso ao ofício 035/2014, Secretaria Executiva do  
901 CNAS/MDS. O Conselho municipal de Sorriso Mato Grosso, por meio do ofício 20, de 2015,  
902 encaminhou cópia do relatório sobre o funcionamento dos serviços de acolhimento para crianças  
903 para ciência e providências cabíveis. Informa que, ao tomar conhecimento de algumas  
904 irregularidades na unidade de acompanhamento institucional para crianças e adolescentes Nosso  
905 Lar, Casa Abrigo, no ano de 2014, solicitou esclarecimentos e fez cobranças à Secretaria Municipal  
906 de Assistência Social, órgão que a unidade é vinculada para que tomasse providências e foi  
907 prometido o Conselho municipal de direitos da criança e do adolescente uma nova estrutura física  
908 para a unidade de acolhimento, com condições e padrões necessários, tanto que dezembro 2014  
909 foi inaugurada a nova unidade. O Conselho municipal dos direitos da criança e adolescente  
910 comunicou que após ciência do ofício enviado pelo CNAS em janeiro de 2015 realizou visita in loco  
911 no Nosso Lar, Casa de Abrigo, no dia 28 de janeiro de 2015 e emitiu um relatório o qual afirma que  
912 a casa contém espaços amplos e bem definidos e com boa estrutura. Relatou que constatou a falta  
913 de cuidadoras para as crianças de idade de 5 anos, as quais após os cuidados de higiene matinal,  
914 estava na sala de TV sozinhas sendo cuidados pela adolescente de 14 anos de idade. Foi  
915 identificado também problemas de comando e coordenação no que se refere aos adolescentes, os  
916 quais não aceitam e não obedecem as cuidadoras, sendo que essas muitas vezes não têm voz ativa  
917 frente os menores, o que tem como consequência as brigas e ameaças que acabam sendo  
918 relatadas em boletim de ocorrência com os que foram apresentadas. 7.3: O Conselho estadual de  
919 assistência social de Minas Gerais enviou ofício 29 CEAS 2015, o qual acusa recebimento do ofício  
920 datado de 20 de março 2015 referente à denúncia do município de Pedro, Leopoldo Minas Gerais,  
921 informa que estão em processo de apuração e assim que concluir, comunicarão ao CNAS. 7.4: A  
922 prefeitura municipal de Cuiabá Mato Grosso, enviou ofício 501/2015, gabinete da Secretaria  
923 Municipal de assistência social e direitos humanos, convidando o CNAS para participar da  
924 solenidade de inauguração de duas unidades de acolhimento institucional, denominados Casa da  
925 Criança Cuiabana, a inauguração realizada em 6/04 em Nosso Lar, a inauguração dia 9/04 com  
926 objetivo de atender indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir  
927 proteção integral. Os eventos serão realizados em Cuiabá a partir das 18h. A Secretaria Nacional  
928 de assistência social enviou Memorando Circular 11/2015, do gabinete da Secretaria Nacional de  
929 Assistência Social, MDS, o qual envia o ofício 0521/2015 do governo do estado de Goiás,  
930 informando sobre a extinção da secretaria de Estado de cidadania e trabalho, e as suas ações  
931 foram absorvidas por outra pasta. Comunica que a nova pasta foi denominada Secretaria da  
932 mulher, do desenvolvimento social, da igualdade racial, dos direitos humanos e do trabalho, bem  
933 como, envia documentação para providências quanto à mudança dos dados cadastrais.  
934 Encaminhamento: Enviar nota em defesa do SUAS, que foi aprovada pelo CNAS, em 11/12/2014,  
935 que ressalta a preocupação do CNAS em saber da possibilidade de extinção ou fusão das  
936 Secretarias de Assistência Social congêneres a outras Secretarias da área social. 7.6: O Secretário-

937 *Executivo do MDS, Marcelo Cardona, enviou Memorando 303/2015, do gabinete da Secretaria-*  
938 *Executiva do MDS, por meio do qual agradece aos Conselheiros do CNAS pelo empenho, esforço,*  
939 *apoio e compreensão acerca da necessidade de revisão das atividades planejadas pelo Conselho,*  
940 *haja vista o contingenciamento no orçamento do MDS, ao tempo em que renova a determinação*  
941 *de garantir espaço para a efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência*  
942 *Social. 7.7: O Conselho Municipal de Assistência Social de Maringá, Paraná, enviou ofício*  
943 *015/2015, CMAS Paraná, ao Fundo Nacional de Assistência Social, com cópia ao CNAS, solicitando*  
944 *informações quanto à regularização dos repasses Fundo a Fundo, uma vez que estão preocupados*  
945 *com a continuidade dos serviços prestados, considerando que os atrasos estão acarretando as*  
946 *dificuldades para a gestão do município. Encaminhamento: enviar expediente ao Fundo Nacional*  
947 *de Assistência Social para conhecimento em resposta ao Conselho Municipal de Assistência Social*  
948 *de Maringá. 7.8: A Secretaria Municipal de Assistência Social de Louveiro São Paulo, enviou cópia*  
949 *do ofício 18/2015, do Conselho Municipal de Assistência Social de Louveira, em resposta à*  
950 *denúncia protocolada na Ouvidoria do MDS, quando de que o CMAS de Louveira realiza*  
951 *cadastro de entidades que não existem, não fiscalizam o CRAS e CREAS, não realiza*  
952 *acompanhamento de recursos, utiliza recurso de forma incorreta dentre outras irregularidades.*  
953 *Quanto ao controle social, o CMAS informou que faz uso de suas atribuições, bem como realiza*  
954 *suas funções com a responsabilidade ética. Para tanto, encaminha atas desde sua criação e outros*  
955 *documentos. O 08: Solicitação da SENARC de disponibilização de vagas para os Coordenadores*  
956 *Estaduais do Programa Bolsa Família na qualidade de observador nas reuniões regionais do CNAS*  
957 *com o CEAS e CAS DF. Encaminhamento: solicitação aprovada pela Presidência Ampliada. 9:*  
958 *aprovação da pauta da 233ª Reunião Ordinária do CNAS. Anexo: virando a página: proposta de*  
959 *pauta: dia 11/05/2015, de 13 às 18h, reunião da Comissão Organizadora da X Conferência*  
960 *Nacional de Assistência Social; no dia 12/05/2015, de 9h às 18h, reunião da Comissão*  
961 *Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social; 13/05/2015 Comissão Temática de*  
962 *9h às 16h, reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, da*  
963 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, da Comissão de Normas da*  
964 *Assistência Social e a Comissão de Política de Assistência Social; de 16h às 19h reunião da*  
965 *Presidência Ampliada; de 16h às 19h reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*  
966 *Transferência de Renda. No dia 14 Plenária de 9h às 9h15 aprovação da Ata da Reunião Ordinária*  
967 *232 do CNAS e da pauta 233, Reunião Ordinária. De 9h15 às 10h30 informes da Presidência,*  
968 *Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. De 10h30 às 12h*  
969 *apresentação das tratativas sobre a instalação da mesa nacional da gestão do trabalho do SUAS,*  
970 *instituída pela Portaria MDS 137/2013 e pela Secretária Nacional de Assistência Social, Iêda*  
971 *Castro; de 14h às 18h apresentação e discussão dos subtemas da Conferência Nacional de*  
972 *Assistência Social; convidados e colaboradores: Maria Luiza Rizzotti para discorrer sobre o tema, o*  
973 *subtema 1; a Márcia Lopes para discorrer sobre o subtema II, e a Valdete Martins para discorrer*  
974 *sobre o subtema III. Dia 15/05/2015 Plenária de 9h às 10h relato da Presidência Ampliada; de 10h*  
975 *às 11h30 relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social; de*  
976 *11h30 às 12h30 relato da Comissão de Normas da Assistência Social; de 14h às 15h relato da*  
977 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; de 15h às 16h relato da Comissão*  
978 *de Política da Assistência Social; de 16h às 17h relato da Comissão de Acompanhamento aos*  
979 *Conselhos da Assistência Social; de 17h às 18h relato da Comissão de Acompanhamento de*



980 *Benefícios e Transferência de Renda.*” O Presidente indicou os itens em discussão, com as  
981 alterações a serem feitas no item 2 e 2.8, com o mesmo acordo. Indicou os demais itens e os  
982 encaminhamentos correspondentes. O Conselheiro José Crus indagou se a pauta de 10h às 12h  
983 era informe, o que poderia ser feito pela Secretária e, caso não fosse, poderia falar na Comissão de  
984 Política sobre o processo desde a sua instalação e desde a sua instituição na Portaria até os dias de  
985 hoje, tendo que se priorizar a X Conferência Nacional. Que nunca havia colocado na pauta que as  
986 pautas do MDS eram apresentadas pela SNAS. Após algumas observações sobre a apresentação na  
987 comissão de Política, a Conselheira Léa sugeriu: 9h15 às 11h, Informes, e de 11h às 12h , Comissão  
988 Organizadora da Conferência, inclusive com seu relato. O Presidente propôs fazer os Informes até  
989 11h os Informes, e à tarde, retomariam às 13h, com a apresentação dos painéis pelas  
990 colaboradoras e o debate necessário, podendo-se antecipar, caso houvesse tempo, o Relato da  
991 Comissão Organizadora. O Presidente indagou se havia mais algum questionamento, com o Relato  
992 da Presidência Ampliada sendo aprovado pelo Pleno. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a  
993 tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se  
994 todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos,  
995 passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de                    de                    de dois mil  
996 e quinze.